

UM ELOGIO A LEA T. OU, COMO REPRODUZIR NORMAS

Alex Mateus Santos de Oliveira
mateusoliveiraalex@gmail.com
Faculdade de Artes Visuais - FAV/UFG

ISSN 2316-6479

Resumo

Este artigo é uma reflexão sobre como identidades sexuais estão condicionadas/educadas para desempenharem papéis complexos, próprios da concepção de sujeito modernista. Toma como referência o depoimento da modelo transexual feminina Lea T. feito a um programa televisivo. A intenção é menos entender a transexualidade, mas, percebê-la como mote para refletir sobre estruturas sociais que relutam em reconhecer as possibilidades identitárias sexuais em um contexto contraditório que ora normaliza, ora pode desestabilizar. Tal desestabilização pode gerar alternativas de reconhecimento de novas identidades através de práticas educativas sob a perspectiva da cultura visual.

Palavras-chave: Transexualidade; Identidade; Educação; Cultura Visual

Abstract

This article is a reflexion about the ways sexual identities are conditioned/educated to develop complex roles typical of a modernist subject conception. It takes as reference a testimony of the transsexual model Lea T. given to a TV program. The intention is not to, but rather to understand transexuality in order to perceive it as a way to thinking about social structures which are reluctant to recognize sexual identity possibilities in a contradictory context that may normalize or may destabilize it. Such destabilization can generate alternatives to recognize new identities through educational practices under visual culture perspective.

Keywords: Transexuality; Identity; Education; Visual culture

O problema, o acontecimento...

A top model transexual Lea T., enfim, realizou seu sonho: batizada como Leandro Cerezo, filho do ex-jogador Toninho Cerezo, Lea já é 100% mulher. Acaba de ser submetida à cirurgia de mudança de sexo. "Deu tudo certo. Ela está muito feliz, se recuperando bem", confirmou à repórter Thaís Botelho, familiar da modelo revelada mundialmente pelo estilista da Givenchy, Ricardo Tisci. Lea viajou há um mês para a Tailândia onde realizou a operação, tecnicamente chamada de redesignação sexual. Ela ainda se recupera naquele país. A Tailândia, tradicionalmente menos burocratizada nesse quesito cirúrgico, é um dos principais destinos para transexuais que buscam a transgenitalização. No Brasil, a cirurgia foi autorizada em 2008¹.

Quase um ano depois da cirurgia, Lea T. afirma em uma entrevista a um programa televisivo² que acreditava que sua felicidade estava embasada na

1 Nota publicada na versão eletrônica da revista ISTOÉ. Mais detalhes nas Referências Bibliográficas.

2 Entrevista concedida ao programa televisivo Fantástico.

operação, concluindo, naquele momento, que este sentimento não é alcançado com a obtenção de um pênis ou uma vagina e que depois da operação não se sentia ainda uma mulher completa.

O acontecimento é contraditório e múltiplo em sentidos, uma vez que não podemos reduzir a questão apenas ao fato de uma pessoa requerer a prática, tanto física quanto social, de sua identidade em um mundo em constante transformação, mas reconhecer que se trata de “uma ideia de processos transversais, de devires subjetivos que se instauram através dos indivíduos e dos grupos sociais” (GUATARI; RONILK, 1986, p. 74). Ainda segundo os autores, justamente através desses processos é que tomamos consciência da existência dessas realidades subjetivas, sendo que “eles [processos] não podem existir em si, e sim num movimento processual” (p. 74). Portanto, temos a necessidade de olhar para este fenômeno como um intercâmbio de *processos* em um contexto socialmente mais amplo, uma vez que mesmo aqueles indivíduos que estão inseridos em uma perspectiva de desestabilização das identidades binárias, podem estar sujeitos em uma trama social complexa, que tanto pode reafirmar, construir quanto desconstruir determinadas categorias identitárias. Além disso, não trato de transformar as reflexões aqui em uma perspectiva global, mas refletir justamente sobre um dos processos possíveis, um dos olhares possíveis diante do contexto cultural e social que estamos inseridos. Assim, faço duas considerações:

1. Aprendemos a pensar nossas identidades sexuais através de binarismos – homem/pênis e, portanto, masculino; mulher/vagina e conseqüentemente, feminino. Após a década de 60 as feministas começam a desconstruir esta noção ainda predominante através da reconceituação da ideia de gênero, abrangendo a construção das identidades sexuais como inter-relacionais entre homem e mulher (SCOTT, 1995), admitindo que “as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros” (LOURO, 2011, p. 29). Esta perspectiva abre espaço para a reflexão sobre a construção social daquilo que chamamos como masculino ou feminino, ao mesmo tempo em que possibilita a investigação de práticas pelas quais esta noção é reiterada ou negada, de forma a refletir criticamente sobre suas conseqüências.

2. Apesar dessa reviravolta epistemológica com a introdução dos estudos de gênero no século XX, ainda há uma noção essencializadora de um ser interno (gênero) à espera de ser desabrochado. Este tipo de pensamento entende o corpo transexual como componente tecnológico, sendo construído de forma cirúrgica ou hormonal, “uma produção plástica sustentada por uma vontade firme” e que “é ele próprio, e não um destino anatômico, quem decide seu sexo de eleição; ele vive por meio de uma vontade deliberada de provocação ou jogo” (LE

BRETON, 2003, p.32). Talvez não seja necessariamente ele próprio, ou apenas ele, a/o transexual quem decida o destino de seu corpo... Vejamos.

O ardor e a necessidade identitária sentida pelas pessoas, e aqui em especial pelos transexuais, interpela a uma constante busca por auto reconhecimento subjetivo e social. Desejo de buscar, de atingir esse “ser interno”, de considerar intensamente “essa vontade firme”. A transexualidade acaba por ser abarcada em uma trama que tem como base a própria transgenitalização e a construção terapêutica do indivíduo, como argumenta Bento (2004; 2006). Estas duas bases estão envolvidas pela reiteração das normas essencializadoras do gênero, onde a sociedade heteronormativa constrói e divide corpos-homens e corpos-mulheres, condição em que “aqueles que não apresentam essa correspondência fundante tendem a estar fora da categoria humano” (BENTO, 2004, p. 170). Por este motivo, as práticas corretivas heteronormativas diárias são desempenhadas: “educar” o menino a não brincar com bonecas ou dizer à menina para não correr porque ela pode se machucar, já que ela “é” delicada.

Este é o caso de Lea T., transexual feminina e, talvez por isso, envolta em maior aparato discursivo em torno de sua sexualidade e identidade – família, amigos, mídia, profissão, entre outros – um ano antes declarou em entrevista ao mesmo programa televisivo que após iniciar seu processo de feminilização seu pai mudou a forma de agir, tratando-a com mais atenção, doçura ou recriminando-a quando a modelo falava “palavrões”, porque “mulher não fala assim”, não fala grosserias que são próprias do mundo masculino.

O gênero existe na medida em que é exercido no cotidiano, na prática, na experiência, e sua atuação ocorre “mediante reiterações cujos conteúdos são interpretações sobre o masculino e o feminino, em um jogo, muitas vezes contraditório e escorregadio, estabelecido com as normas de gênero” (BENTO, 2004, p. 144). Por vezes, este jogo possui a intenção de reproduzir modelos hegemônicos inteligíveis, definidos por Butler (2012) como “aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (p. 38). A transexualidade (e toda a atuação que se dispõe a ressignificar a identidade sexual) está condicionada a modelos que não fogem das normas construídas em torno do homem ou da mulher, porém, tais modelos nos fazem refletir sobre a própria (des)construção desses padrões binários e sobre a abertura de um novo paradigma identitário.

Uma justificativa, uma defesa!

Parece haver aí uma equivalência de problemas em torno da identidade transexual, mas, de alguma forma, solucionáveis, na medida em que se reconheça

o novo sistema identitário social no qual estamos inseridos. O século XX também intensificou a pulverização das distâncias, deslocamentos e trânsitos físicos e ideológicos através da globalização e do aumento dos mercados dentro de um sistema capitalista. A maioria dos estudiosos afirma que as “identidades locais fixas desapareceram para dar lugar a identidades globalizadas flexíveis, que mudam ao sabor dos movimentos do mercado e com igual velocidade” (ROLNIK, 2006, p. 20). Ainda nas palavras de Rolnik

Essa nova situação, no entanto, não implica forçosamente o abandono da referência identitária. As subjetividades tendem a insistir em sua figura moderna, ignorando as forças que as constituem e as desestabilizam por todos os lados, para organizar-se em torno de uma representação de si dada a priori, mesmo que, na atualidade, não seja sempre a mesma representação (ROLNIK, 2006, p. 20).

Este problema de referência identitária não está atrelado unicamente às transformações decorrentes da globalização, como em um levante ora de identidades locais, ora de identidades globais. Isso significa dizer que a globalização intensifica uma série de mudanças já em trânsito desde a segunda metade do século XX como a influência do feminismo em diversas áreas do conhecimento, Freud, Lacan e Althusser problematizando a racionalidade moderna e o sujeito unitário (LOURO, 2008), Foucault e seus estudos sobre a sexualidade e, ainda, os movimentos identitários que insurgem a partir dos anos 60 reivindicando força política e social. Essas alterações estão no bojo do que passa a se constituir e vem sendo chamado de pós-modernidade, onde o indivíduo se contrapõe ao sujeito moderno que “visto como tendo uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas” (HALL, 2006, p. 46). Mesmo com essas alterações diante daquilo que nos auxilia como base identitária, não nos parece algo lógico ou tangível de ser absorvido sem questionamentos, uma vez que “muitas pessoas não aceitam as implicações conceituais e intelectuais desses desenvolvimentos do pensamento moderno” (p.46). Tanto indivíduos quanto suas práticas – cotidianas, opiniões pessoais, relacionamentos afetivos, relações profissionais, iniciativas produtivas e institucionais – ainda constroem-se e baseiam-se neste paradigma dominante, conforme expressão definida por Sousa Santos (1996).

Assim dizendo, não me excludo dessa enseada, já que sou parte deste paradigma que, ao mesmo tempo em que nos interpela, é abalado e desestabilizado pela fragmentação pós-moderna. Nossas identidades, se por enquanto relutam em se dispor do conceito de sujeito único, universal e racional, necessitam, ao menos, estar mais abertas a construir uma capacidade de visualizar uma nova perspectiva.

Para Lea T. – assim como para outras formas alternativas de expressão identitária –, ter como padrão justamente o não padrão, aquilo que é tangível e ao mesmo tempo nos escapa, essa adequação pode ser algo mais complexo. Então, quando alguém diz ser 100% mulher, está reforçando a noção de sujeito único e universal, aquilo que é estável e que pode ser atingido em algum momento de nossa vida e, uma vez alcançado, é como se nada pudesse nos abalar.

Aparentemente a forma que a sociedade encontrou para lidar com o sujeito único foi dividindo-o em dois polos, reiterando-os como constantemente distintos, assim «temos»: ser homem e ser mulher. Esta lógica é um pouco mais exigente: homem/pênis/masculino ou mulher/vagina/feminino. Dessa forma, as identidades que estão de acordo com esse sistema estão normalizadas, sendo eleitas como «parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas» (SILVA, 2012, p. 83). Estas são as identidades consideradas normais, e o resto é resto, são os estranhos. Normalizar significa atribuir a esta identidade as características positivas possíveis em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa (p. 83).

Temos aqui a noção de identidade e diferença, dois termos que transitam dialogicamente, já que ao afirmarmos o que somos, estamos negando o que não somos e, assim, estamos nos diferenciando daquilo que socialmente foi construído como não fazendo parte de nossa individualidade. É como se alguém fosse apenas o que fosse e não possuísse nada do outro. Este outro, visto como o diferente e por isso reprimido e condenado, deve ser eliminado. As tentativas de eliminação são produzidas tanto internamente - quando percebo que aquilo que condeno, ou o que as pessoas condenam, também é parte constituinte de mim, demandando repressão e adequação às normas polarizantes -, quanto externamente - quando percebo que a diferença, o outro, o “anormal”, não está atuando conforme as regras é preciso corrigi-lo. Essas formas de correção e direcionamento para uma identidade “saudável” e “racional” vão ironicamente desde à bronca da professora diante de um garoto que brinca demais com as meninas, até ao assassinato de travestis, deixando claro que “a forma com que vivemos nossas identidades sexuais é mediada pelos significados culturais sobre a sexualidade que são produzidos por meio de sistemas dominantes de representação” (WOODWARD, 2012, p. 33).

Situando a representação em uma perspectiva pós-estruturalista (SILVA, 2012), como um sistema de significação ou uma forma que atribuímos sentido a determinadas práticas, ainda há, em seu bojo, relações de poder que ditam o que é a identidade “verdadeira” e o que foge disso, o que está incluído e o que não está, entre tantas outras formas de imposição. Portanto, a representação

é «um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder». Dessa forma, ainda segundo este autor, colocar em xeque «a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação» (p. 91).

Por essas e outras razões é que Bento (2006), em *A Reinvenção do Corpo*, traz à tona a reflexão sobre a patologização da transexualidade, que ainda é classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um distúrbio médico (psiquiátrico) a ser tratado. Como continuar tratando sexualidades que destoam da polaridade sexual como distúrbios, doenças ou algo a ser remediado mesmo com as rápidas transformações pelas quais passamos no último século?

De acordo com a autora a representação social e, principalmente médica, diante da transexualidade (re)cria esta identidade sexual específica de forma a transformar o sujeito em alguém invertido, que precisa se encontrar em seu sexo verdadeiro e, por isso mesmo, ser tratado, medicalizado, cirurgiado, em um processo que as normas de gênero são reproduzidas, e a reunificação e a centralização identitária do sujeito é buscada pelos métodos terapêuticos e cirúrgicos, negando com isso que possa haver novas/velhas identidades. Assim, sem surpresa ouvimos Lea T. dizer que depois da operação não se sentia uma mulher completa, afinal, esta mulher nunca existiu em nossa sociedade. Quando vemos alguém sendo patologizado, vivendo em uma sociedade com a identidade sexual polarizada e heteronormativa, com a ideia fixa em uma perspectiva unitária, relutando em não enxergar a construção destes aparatos, o que se espera é que o indivíduo busque se adequar a este paradigma e se sinta digno de ser tratado e incluído nas categorias do humano. Não nego a possibilidade da transgenitalização, porém reconheço que nem todos/as querem se adequar a esta opção, tendo em vista as reflexões feitas acima.

Das possibilidades, das identidades

De acordo com Rolnik (2006) atualmente há dois processos em relação às identidades: a reafirmação/enrijecimento da identidade local, e a ameaça da pulverização. O primeiro processo se situa em uma perspectiva de exclusão das trocas simbólicas e construtivas advindas da globalização, um medo da homogenização. O segundo, por estar em constante perigo de se ver sem referência identitária e, por conseguinte, em estado de “síndrome do pânico”. Os dois processos firmam-se em referências que excluem trocas e novas possibilidades de constituição e construção do que chamamos indivíduo, na medida em que interrompem subjetividades fechando-se para o contemporâneo.

Daí a imagem de pessoas *trans* serem tão perturbadoras e motivo de atenção e estudos por parte de pesquisadores em diversas áreas do conhecimento. É através delas que em uma primeira instância adquirimos noção de nossas convenções, certezas identitárias sexuais e de sua construção. Este processo não deixa de ser contraditório, primeiro, porque pode haver esta relutância em sair de um paradigma binário e de estagnação. Segundo, porque a própria saída requer que dialoguemos com ele mesmo, para a partir disso, o transformemos em um campo de possibilidades. O problema está justamente na fixação referencial passada e na negação destas possibilidades, fazendo-nos fixarmos em pré-concepções sociais que buscam o ser unitário e com uma identidade fixa.

As imagens, independentemente de suas origens, podem ser trabalhadas para reforçar ou abalar determinados valores e, por isso mesmo, influenciam em grande escala as pessoas, constituindo-se em um processo educativo. As imagens midiáticas podem ser analisadas como construtoras do sujeito, permeando a vida das pessoas de modo a se tornarem “referências tão ou mais básicas de informação do que o cotidiano, a ponto de nossa visão do cotidiano ser filtrada pelo cinema, pela televisão e por outros meios de comunicação de massa” (LOPES, 2002, p.106). O trânsito entre as imagens midiáticas e a auto-imagem que fazemos de nós e dos outros, é contínuo e misto, construindo o aparato discursivo acerca dos próprios valores e convenções sociais e, por sua vez, da identidade. Dessa forma, vejo a identidade como

uma elaboração complexa preñe de significados e interpretações que depende de uma rede de informações, convenções e interações sociais que não opera de modo linear. Os significados não são fixos e não existe uma lógica especial que permita interpretação determinante de seus sentidos. O sentido, enredado em camadas de sensações, acepções, se torna, por isso mesmo, multireferencial (MARTINS, 2004, p. 160).

Para a cultura visual interessa menos a origem das imagens e mais entender os discursos que elas produzem e reforçam, assumindo justamente essa multiplicidade de referências que ela pode adquirir e, portanto, também, uma multiplicidade de interpretações. Ainda segundo Martins (2004), na globalização pós-moderna, onde a imagem prolifera-se por todos os campos sociais da vida, é preciso ficar atento para esta onipresença que pode levar-nos a acreditar que “a imagem não é apenas parte, mas a própria vida” (p. 160). Dessa forma, a cultura visual se configura também “como um campo amplo, múltiplo, em que se abordam espaços e maneiras como a cultura se torna visível e o visível se torna cultura” (Idem).

O aparato imagético atual se constitui de uma diversidade de formas expressivas aparentando, inicialmente, como um emaranhado de sentidos que se per-

mitem vir à tona para o consumo, crítica, prazer, discussão na sociedade e outras maneiras de se interpor entre nós. Porém, paralelamente à possibilidade de conviver com sentidos multirreferenciais, podemos estar apenas alterando as formas de atuação pelas quais determinados valores reforçam um paradigma identitário, hermético, que tenta se impor, retornando a uma referência limitada e modernista. Segundo Hernandez, através da cultura visual é possível pensar que

as imagens e outras representações visuais são portadoras e mediadoras de significados e posições discursivas que contribuem para pensar o mundo e para pensarmos a nós mesmos como sujeitos. Em suma, fixam a realidade de como olhar e nos efeitos que têm em cada um ao ser visto por essas imagens (HERNANDEZ, 2011, p. 33).

Tendo isso em vista, cabe aos educadores ampliar o leque didático, metodológico, prático, imagético e discursivo na sala de aula para que o senso crítico e argumentativo dos alunos seja ampliado e incitado para as transformações da sociedade contemporânea. A complexidade social que envolve as imagens - incluindo o aparato e o contexto de sua divulgação - e que as fazem motor para o questionamento de determinadas convenções parece, ora amedrontador por parte dos educadores/as, ora minimizado, para ceder lugar a um campo moderno de escolhas de conteúdo com suas certezas e direcionamentos na vida. Estas escolhas excluem experiências, subjetividades e artefatos trazidos/ produzidos pelos alunos e, mais uma vez, nega-os como indivíduos na medida em que nega suas subjetividades.

Um bom começo para esta mudança seria passar a ter em vista que a educação, na perspectiva da cultura visual, pode ajudar a uma maior contextualização

dos efeitos do olhar e mediante práticas críticas (anticolonizadoras), explorar as experiências (efeitos, relações) de como o que vemos nos conforma, nos faz ser o que os outros querem que sejamos e poder elaborar respostas não reprodutivas frente ao efeito desses olhares (HERNÁNDEZ, 2011, p. 44).

Dessa forma, será possível adentrar a questão da educação sexual de maneira a não pensá-la como orientação, o que pode acabar “resultando em uma normalização das identidades e práticas” (MISKOLCI, 2012, p. 19). Além do mais, essa forma de educação “acaba também gerando a tendência a reforçar o pressuposto de que falar de sexualidade é falar do biológico ou de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis” (p. 19). Nesse sentido, a teoria *queer* possui uma contribuição forte para os estudos na cultura visual, tal como o feminismo, a pós-modernidade e os estudos culturais, que problematizam

questões assentadas. Um novo olhar direcionado aos processos educacionais poderá situar de forma mais crítica e contextualizada as transformações sociais que nos fazem deparar com identidades múltiplas e, ainda, perceber que mesmo elas podem carregar determinados valores que, por vezes, podem ser restritivos ou possibilitar abertura para novas possibilidades de atuação identitária.

O campo da educação e da cultura visual é uma área que concentra grande parte de seus esforços para abalar determinadas certezas do conhecimento e questionar pressupostos confiáveis e normalizantes. Para isso não se pode dizer que o caminho tenha sido fácil, pois sua atuação transdisciplinar nos faz deparar com possibilidades de resignificação, trânsito, hibridização, bricolagem, entre outras formas que nos parecem desterritorializadoras diante do vasto repertório de sentidos e significados com os quais interagimos. É, também, um campo de conhecimento decorrente de processos múltiplos, contraditórios, reafirmativos e incluyente daquilo que constitui o cotidiano de nossas identidades. Parece difícil seguir essa lógica, mas uma vez percebida a complexidade dos processos que ela abarca, o caminho é perseguir e transfigurar as práticas educativas e sociais.

Referências bibliográficas

BENTO, Berenice. Da transexualidade oficial às transexualidades. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Org.). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 143-172.

_____. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 256.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 236.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª Edição. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006, p. 102.

HERNÁNDEZ, Fernando. A cultura visual como um convite à deslocalização do olhar e ao reposicionamento do sujeito. In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irena (Org.). *Educação da cultura visual: conceitos e contextos*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2011, p. 31-49.

KATHRYN, Woodward. Identidade e diferença: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. *Identidade e diferença: a*

perspectiva dos estudos culturais. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, 11ª Edição, Petrópolis: Vozes, 2012, p. 134.

LE BRETON, David. *Adeus ao corpo: Antropologia e sociedade*. Tradução: Marina Appenzeller. Campinas: Papyrus, 2003, p. 240.

LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 13ª Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 184.

_____. *Um corpo estranho – Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. 1ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 96.

LOPES, D. *O homem que amava rapazes e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002, p.264.

MARTINS, Raimundo. Cultura visual: imagem, subjetividade e cotidiano. In: MEDEIROS, Maria Beatriz (Org.). *Arte em pesquisa: especificidades - Ensino e aprendizagem da arte linguagens visuais*. Volume 2, Brasília: DF., Editora da Pós-Graduação em Arte da Universidade de Brasília/ ANPAP, 2004, p. 160-166.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças*. 2ª Edição, Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto, 2012, p. 82.

ROLNIK, Suely. *Cultura e subjetividade: saberes nômades*. In: LINS, Daniel S. (org.). 5ª Edição. *Toxicômanos de identidade – Subjetividade em tempo de globalização*. Campinas: Papyrus, 2006, p. 19-24.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 8ª Edição, Porto: Edições Afrontamento, 1996.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: Revista Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS, vol. 20, nº 2, jul./dez. pp. 71-99, 1995. Disponível em: <<http://wesleycarvalho.com.br/wp-content/uploads/G%C3%AAAnero-Joan-Scott.pdf>>. Acesso em: 20/04/2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (Org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, 11ª Edição, Petrópolis: Vozes, 2012, p. 134.

T. LEA. Lea T conta como se sente após cirurgia de troca de sexo. Net, Brasil, jan. 2013. Programa Fantástico. Seção Jornalismo. Entrevista concedida a Renata Ceribelli. Disponível em:<<http://globoTV.globo.com/rede-globo/fantastico/v/lea-t-conta-como-se-sente-apos-cirurgia-de-troca-de-sexo/2370829/>>. Acesso em: 02/03/2013.

_____ Lea T. finalmente mulher. Net, Brasil, mar. 2012. Revista eletrônica ISTOÉ. Nota de notícias sobre celebridades. N° Edição: 2211, ISTOÉ Gente. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/colunas-e-blogs/coluna/196058_LEA+T+FINALMENTE+MULHER>. Acesso em: 03/03/2013.

_____ Transexual Lea T. Net, Brasil, fev. 2011. Site de compartilhamento de vídeos Youtube. Entrevista concedida a Renata Ceribelli. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=km2H4BOKJ2E>>. Acesso em: 02/03/2013.

Minicurrículo

Alex Mateus Santos de Oliveira é mestrando em Arte e Cultura Visual pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e Faculdade de Artes Visuais (Fav), e formado em Comunicação Social, Jornalismo. Pesquiso sobre gênero, imagem e educação, em uma perspectiva que trabalha com a teoria queer. Nesse sentido, mais especificamente, com a pedagogia queer, procurando refletir sobre os processos educacionais diante das sexualidades.